

QUANDO A FESTA CONVOCA OS MORTOS: RITUAL E SOCIABILIDADE NA FESTA DAS ALMAS EM OCARA (CE)

Maria Caroline Franco Valentim, UFC¹

Palavras-chaves: Antropologia da Morte, Ritual, Finados.

INTRODUÇÃO

A antropologia tem demonstrado, em diferentes contextos etnográficos, que os mortos não se encerram com o fim da vida biológica. Eles permanecem como presença socialmente eficaz, seja na forma de ancestrais, espíritos, santos, lembranças ou entidades rituais que participam da organização da vida coletiva. Longe de constituírem apenas objetos de crença ou representações simbólicas do passado, os mortos frequentemente operam como agentes que orientam práticas, estruturam temporalidades e organizam relações sociais no presente.

É nesse horizonte que se insere a Festa das Almas, realizada no município de Ocara², no interior do Ceará. A celebração mobiliza anualmente moradores e visitantes em torno de práticas devocionais dirigidas às almas, produzindo um tempo ritual no qual caminhadas, rezas, promessas e encontros coletivos se articulam em torno da presença dos mortos. Mais do que uma celebração da memória, a festa parece instaurar um regime específico de relação entre vivos e mortos, no qual a distinção entre ausência e presença é continuamente renegociada na experiência coletiva.

Este artigo parte da hipótese de que a Festa das Almas não apenas tematiza os mortos, mas participa ativamente da produção de formas de sociabilidade que se estruturam a partir da relação ritual com eles. Nesse sentido, os mortos não aparecem como objetos de recordação ou devoção individual, mas como elementos que contribuem para a organização de encontros, deslocamentos, pertencimentos e temporalidades compartilhadas. A festa, assim, não apenas expressa uma crença pré-existente, mas produz condições para a emergência de uma coletividade momentânea fundada na relação com as almas.

¹ Trabalho apresentado na 35ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2026)

² Ocara é um município brasileiro localizado no estado do Ceará, a aproximadamente 100 km da capital, Fortaleza. Com uma população estimada em cerca de 25.272 habitantes, a cidade faz divisa com Chorozinho e Aracoiaba, possuindo forte vocação para o agronegócio e uma economia em desenvolvimento.

Nas últimas décadas, os estudos antropológicos sobre ritual, morte e memória têm enfatizado a importância de compreender como diferentes sociedades constroem regimes de presença dos mortos. Trabalhos dedicados ao ritual, à performance e à sociabilidade mostram que práticas religiosas não devem ser entendidas apenas como representações simbólicas, mas como formas de ação que produzem efeitos concretos na vida social. Da mesma forma, as pesquisas sobre memória e morte indicam que a relação com os mortos não se limita ao passado, mas constitui uma dimensão ativa da organização do presente.

A Festa das Almas, nesse sentido, oferece um campo analítico privilegiado para pensar como a presença dos mortos pode operar como princípio organizador da vida social. Ao articular devoção, memória e práticas coletivas, a celebração coloca em evidência formas específicas de sociabilidade que emergem da relação entre vivos e mortos, permitindo refletir sobre os modos pelos quais o ritual produz pertencimento e reconfigura experiências compartilhadas.

Este artigo tem como objetivo discutir a Festa das Almas como um objeto antropológico capaz de iluminar os modos pelos quais rituais religiosos produzem sociabilidade a partir da relação entre vivos e mortos. Mais do que descrever a celebração, busca-se construir um quadro analítico que permita compreender seu potencial teórico para os debates contemporâneos da antropologia da religião, da memória e da vida social.

Trata-se de um trabalho de caráter teórico-analítico, inserido em uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento sobre a Festa das Almas em Ocara (CE). Neste momento, a discussão é construída a partir da literatura antropológica sobre rituais, festas, morte e sociabilidade, bem como de informações documentais e registros gerais sobre a celebração. O objetivo não é apresentar uma etnografia concluída, mas elaborar um problema antropológico que oriente a investigação empírica em andamento.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três partes. A primeira discute a Festa das Almas como problema antropológico, articulando os debates sobre ritual, morte e sociabilidade. A segunda apresenta uma contextualização da celebração em Ocara, destacando suas características gerais e sua inserção no contexto local. A terceira desenvolve uma reflexão analítica sobre as formas de sociabilidade produzidas pelo ritual, enfatizando o papel da relação entre vivos e mortos na constituição da experiência coletiva.

1. ENTRE OS VIVOS E MORTOS: O RITUAL COMO PROBLEMA ANTROPOLÓGICO

A reflexão antropológica sobre os rituais tem sido central na constituição da disciplina, especialmente a partir de autores que buscaram compreender como práticas coletivas produzem e sustentam formas de vida social. Em Émile Durkheim (1912), o ritual aparece como mecanismo fundamental de organização da sociedade, na medida em que reforça a coesão do grupo e atualiza a distinção entre o sagrado e o profano. Nesse sentido, as práticas rituais não são acessórios da vida social, mas elementos constitutivos de sua própria existência.

A partir dessa matriz, autores como Arnold van Gennep (1909) e Victor Turner (1969) aprofundam a compreensão do ritual como processo. Em Van Gennep, os ritos de passagem são descritos como sequências estruturadas que organizam transições sociais e biográficas, indicando que o ritual opera como forma de mediação entre diferentes estados da vida social. Já em Turner, o interesse recai sobre a dimensão processual e experiencial desses momentos, especialmente a liminaridade, na qual as estruturas sociais são temporariamente suspensas e novas formas de relação podem emergir.

Esse conjunto de reflexões permite compreender o ritual como uma prática que não apenas representa a ordem social, mas a produz e a transforma continuamente. A partir de uma inflexão posterior da antropologia, o foco desloca-se da estrutura ritual para a permanência e a circulação dos mortos na vida social. Em Robert Hertz (1907), a morte é tratada como um processo socialmente organizado, no qual diferentes etapas ritualizadas redefinem gradualmente as relações entre vivos e mortos. A morte, portanto, não é um evento pontual, mas uma transformação relacional.

Em diálogo com essa perspectiva, Maurice Bloch (1971) demonstra como diferentes sociedades constroem formas de continuidade entre vivos e mortos, de modo que os mortos não desaparecem da vida social, mas permanecem como presenças ativas em sistemas de relação que estruturam memória, autoridade e pertencimento. A fronteira entre vida e morte, nesse sentido, não é fixa, mas socialmente produzida.

Em abordagens mais recentes, o interesse antropológico recai sobre os modos pelos quais práticas rituais produzem experiências coletivas e formas de memória incorporada. Em Catherine Bell (1992), o ritual é entendido como prática estratégica e situada, na qual as

distinções sociais são produzidas e negociadas no próprio ato da ação ritual. Já em Paul Connerton (1989), a memória é concebida como prática incorporada, evidenciando que lembrar não é apenas um processo cognitivo, mas uma forma de ação social encarnada em gestos, corpos e performances.

De forma complementar, Maurice Halbwachs (1950) enfatiza que a memória é sempre socialmente estruturada, dependendo de quadros coletivos que organizam o que pode ser lembrado, esquecido e compartilhado. Esse percurso permite compreender que o interesse antropológico pelos rituais, pela morte e pela memória converge para uma questão central: a produção da vida social a partir de práticas que articulam temporalidades, relações e formas de presença. É nesse ponto que a Festa das Almas se insere como objeto analítico privilegiado, na medida em que condensa essas dimensões em um único dispositivo ritual no qual vivos e mortos são colocados em relação.

Assim, mais do que um evento religioso localizado, a Festa das Almas pode ser pensada como um problema antropológico que permite investigar como determinadas práticas rituais produzem sociabilidade ao reorganizar a relação entre presença, memória e pertencimento.

2. QUANDO A FESTA CONVOCA OS MORTOS

A Festa das Almas, realizada anualmente no município de Ocara, no interior do Ceará, constitui uma celebração religiosa dedicada às almas dos mortos que mobiliza moradores locais e visitantes em torno de práticas devocionais coletivas. Embora frequentemente situada no calendário religioso popular como uma festa de caráter votivo, sua relevância ultrapassa o âmbito estritamente devocional, na medida em que organiza experiências compartilhadas que articulam deslocamentos, encontros e formas de pertencimento comunitário.

Mais do que um evento pontual, a festa pode ser compreendida como um dispositivo ritual que reorganiza temporariamente a vida social local. Durante sua realização, o espaço urbano e as áreas de circulação associadas à celebração passam a ser atravessados por práticas que não fazem parte da rotina cotidiana, como caminhadas coletivas, rezas públicas, promessas individuais e coletivas, além de momentos de silêncio e concentração devocional. Esses elementos não apenas compõem a festa, mas contribuem para a produção de um tempo ritual distinto, no qual a relação com as almas se torna eixo organizador da experiência coletiva.

A centralidade das almas na estrutura da festa não deve ser entendida como uma referência abstrata ou simbólica a mortos ausentes. Ao contrário, a celebração parece operar a partir de um regime específico de presença, no qual as almas são continuamente evocadas como participantes ativos da vida social. Essa evocação não se limita ao plano discursivo ou representacional, mas se materializa em práticas corporais, espaciais e coletivas que produzem a sensação de coexistência entre vivos e mortos no contexto ritual.

Nesse sentido, a festa não apenas relembra os mortos, mas os convoca. A noção de convocação, aqui, não deve ser entendida como metáfora, mas como princípio organizador da experiência ritual. Através de promessas, gestos devocionais, trajetos percorridos e formas de participação coletiva, os participantes instauram uma relação na qual os mortos são incorporados à dinâmica social do presente. Essa incorporação não implica uma fusão entre domínios, mas a criação de um espaço relacional no qual a distinção entre vida e morte é temporariamente reorganizada.

Do ponto de vista da organização social da festa, observa-se que sua realização mobiliza diferentes formas de participação, envolvendo tanto indivíduos diretamente vinculados à devoção quanto sujeitos que se inserem no evento a partir de relações familiares, sociais ou territoriais. Essa multiplicidade de presenças contribui para a formação de uma coletividade temporária, cuja coesão não se baseia na homogeneidade de crenças, mas na participação compartilhada no ritual.

A Festa das Almas, assim, pode ser compreendida como um momento em que a vida social local é reorganizada em torno da relação com os mortos. Essa reorganização não se limita ao âmbito religioso, mas atravessa dimensões mais amplas da sociabilidade, incluindo formas de encontro, circulação de pessoas e atualização de vínculos comunitários. O ritual, nesse contexto, não apenas expressa uma ordem social preexistente, mas contribui ativamente para sua produção e reconfiguração.

Ao tomar a Festa das Almas como objeto de análise, este artigo propõe compreendê-la não como uma manifestação isolada de religiosidade popular, mas como um fenômeno que permite problematizar os modos pelos quais rituais contemporâneos produzem sociabilidade a partir da relação entre vivos e mortos. Nesse sentido, a festa constitui um campo privilegiado para refletir sobre a capacidade dos dispositivos rituais de reorganizar

experiências coletivas, instaurando formas específicas de presença, pertencimento e relação social.

A partir dessa perspectiva, a Festa das Almas não é apenas um evento localizado no interior cearense, mas um ponto de entrada para uma questão mais ampla: como determinadas práticas rituais tornam possível a constituição de coletividades que se organizam a partir da presença ativa dos mortos na vida social dos vivos.

3. REUNIR OS VIVOS: RITUAL, MEMÓRIA E PRODUÇÃO DA SOCIABILIDADE

A relação entre vivos e mortos constitui uma das questões mais persistentes da antropologia porque atravessa diferentes formas de organização social, cosmologias e sistemas religiosos. Em contextos históricos e culturais diversos, a morte jamais significou apenas o desaparecimento físico de um indivíduo. Ela inaugura um conjunto de relações que precisam ser continuamente elaboradas, reinterpretadas e socialmente administradas. É justamente essa permanência da relação — e não a morte em si — que transforma os mortos em um problema antropológico.

Desde os primeiros estudos sobre religião e ritual, a antropologia demonstrou que a morte não pode ser reduzida a um acontecimento biológico. Se biologicamente ela marca a interrupção da vida, socialmente ela inaugura um processo complexo de reorganização das relações coletivas. Robert Hertz (1907), em seu estudo clássico sobre a representação coletiva da morte, foi um dos primeiros autores a demonstrar que aquilo que uma sociedade faz diante da morte revela muito mais sobre sua própria organização do que sobre o falecimento em si. Para o autor, a morte produz uma ruptura que exige elaboração ritual, pois ela modifica simultaneamente a posição daquele que morreu e a posição daqueles que permanecem vivos. Os rituais funerários, portanto, não respondem apenas à necessidade de prestar homenagens ao morto; eles reorganizam vínculos, redefinem obrigações sociais e reconstroem a estabilidade coletiva abalada pela perda.

A contribuição de Hertz permanece particularmente importante porque desloca o foco da morte como evento para a morte como processo social. Entre o instante do falecimento e a completa reintegração da ordem coletiva existe um percurso ritual por meio do qual a comunidade reelabora a ausência, redefine pertencimentos e reinscreve o morto em uma nova posição social. Essa perspectiva rompe com interpretações que compreendem a morte apenas

como interrupção da vida, evidenciando que ela inaugura outras formas de presença, produzidas e reconhecidas coletivamente.

Essa discussão foi posteriormente aprofundada por Maurice Bloch (1971), ao analisar os rituais funerários em Madagascar. Sua contribuição desloca ainda mais o problema antropológico ao demonstrar que os mortos não desaparecem da vida social, mas continuam participando dela a partir de novas posições relacionais. A morte transforma o estatuto social do indivíduo, mas não extingue sua capacidade de integrar sistemas de parentesco, memória e autoridade. Em muitas sociedades, os mortos permanecem atuando como ancestrais, referências morais, mediadores simbólicos ou destinatários de práticas rituais que asseguram a continuidade entre gerações.

Mais do que afirmar a permanência dos mortos, Bloch evidencia que a relação entre vivos e mortos constitui um mecanismo de produção da própria continuidade social. A sociedade produz sua permanência porque constrói formas institucionalizadas de manter os mortos presentes. Essa permanência não depende da existência objetiva das almas, questão que escapa ao interesse da antropologia, mas da eficácia social das práticas que tornam essa relação inteligível para aqueles que delas participam. Em outras palavras, interessa menos saber se os mortos estão presentes do que compreender como sua presença é socialmente construída e quais efeitos produz na organização da vida coletiva.

Essa mudança de perspectiva permite abandonar uma compreensão estritamente religiosa da relação com os mortos para tratá-la como uma forma específica de produção de vínculos sociais. Nesse ponto, a morte deixa de representar apenas uma experiência individual de perda e passa a constituir um princípio organizador das relações entre aqueles que permanecem vivos. É precisamente essa inflexão que permite compreender por que diferentes sociedades dedicam tanto esforço à elaboração ritual da morte: não porque os mortos sejam apenas lembrados, mas porque a própria coletividade depende da maneira como estabelece relações com eles.

No contexto brasileiro, José Carlos Rodrigues (2006) reforça essa perspectiva ao demonstrar que a morte sempre constitui um fato cultural. Aquilo que parece natural, morrer, enterrar, velar, lamentar, revela-se profundamente condicionado por valores, crenças e formas específicas de organização social. Cada sociedade produz maneiras particulares de compreender a morte e, conseqüentemente, de relacionar-se com seus mortos. Assim, o que

varia entre diferentes contextos não é apenas a forma dos rituais, mas a própria concepção de continuidade entre vivos e mortos.

Essa observação possui consequências importantes para o presente trabalho. Se a relação com os mortos é culturalmente construída, também são culturalmente construídas as formas pelas quais eles continuam participando da vida coletiva. A antropologia não busca responder se os mortos efetivamente intervêm na vida dos vivos; interessa-lhe compreender por que diferentes grupos sociais organizam práticas, calendários, deslocamentos, promessas e celebrações a partir dessa possibilidade. É justamente nesse ponto que a Festa das Almas adquire relevância analítica.

Mais do que uma manifestação de religiosidade popular, a Festa das Almas pode ser compreendida como um espaço social no qual a relação entre vivos e mortos é continuamente atualizada. O centro da análise não reside na veracidade das crenças compartilhadas pelos participantes, mas na eficácia social que essas crenças adquirem ao organizar práticas coletivas. As almas deixam de ocupar apenas um lugar no imaginário religioso para assumir uma posição relacional capaz de mobilizar ações, orientar comportamentos e produzir experiências comuns.

Essa mudança de enfoque é importante porque desloca a análise da dimensão exclusivamente simbólica para a dimensão propriamente relacional do ritual. Em vez de perguntar o que os participantes acreditam sobre as almas, torna-se mais produtivo investigar o que essa relação produz socialmente. Quais formas de encontro ela possibilita? Que vínculos fortalece? Que temporalidades institui? Que memórias atualiza? Que sentidos compartilhados produz? Essas questões aproximam a Festa das Almas de um problema clássico da antropologia: compreender como determinadas práticas coletivas produzem formas específicas de organização social.

Ao formular essas perguntas, este artigo não pretende oferecer respostas empíricas definitivas, tarefa que caberá à futura pesquisa etnográfica, mas construir uma hipótese analítica capaz de orientar a interpretação da festa. Parte-se da compreensão de que a relação entre vivos e mortos não constitui apenas o conteúdo religioso da celebração, mas o princípio em torno do qual diferentes relações sociais se organizam. A festa torna-se, assim, um momento privilegiado para observar como a memória coletiva, a devoção e o pertencimento se articulam em torno de uma mesma experiência ritual.

É nesse sentido que os mortos podem ser compreendidos como uma categoria relacional. Eles não aparecem apenas como destinatários da devoção, tampouco como figuras ausentes evocadas pela lembrança. Sua importância antropológica reside na capacidade de produzir relações entre aqueles que permanecem vivos. Ao organizar práticas compartilhadas, instituir um tempo ritual próprio e oferecer uma referência comum para a ação coletiva, a relação com os mortos participa ativamente da produção da vida social. Mais do que objeto da festa, os mortos constituem o eixo em torno do qual ela se estrutura, permitindo compreender que determinadas formas de sociabilidade não se estabelecem apesar da morte, mas precisamente através das relações que ela torna possíveis.

3.1 A festa como dispositivo ritual de convocação

Se a antropologia demonstrou que os mortos permanecem inscritos na vida social por meio de diferentes formas de relação, torna-se necessário compreender como essas relações são continuamente produzidas. Elas não existem de maneira espontânea nem permanecem inalteradas ao longo do tempo. Ao contrário, dependem de práticas coletivas que lhes conferem estabilidade, visibilidade e sentido. É nesse ponto que o ritual assume um papel decisivo. Mais do que expressar uma relação já existente entre vivos e mortos, o ritual cria as condições sociais para que essa relação seja constantemente atualizada.

Essa compreensão exige um deslocamento importante. Em vez de interpretar a Festa das Almas apenas como uma celebração religiosa dedicada às almas, propõe-se compreendê-la como um dispositivo ritual de convocação. O termo "dispositivo", empregado aqui em sentido analítico, refere-se a um conjunto articulado de práticas, temporalidades, gestos e significados que torna possível a constituição de determinadas relações sociais. Não se trata, portanto, de compreender a festa como um espaço onde crenças simplesmente se manifestam, mas como um acontecimento social que produz uma forma específica de colocar pessoas, memórias e devoções em relação.

A ideia de convocação permite compreender esse processo de maneira mais precisa. Convocar significa chamar à presença, reunir em torno de um objetivo comum, mobilizar sujeitos para uma determinada experiência coletiva. Sob essa perspectiva, a Festa das Almas não convoca apenas aqueles que participam materialmente da celebração. Ela convoca também lembranças, promessas, narrativas familiares, devoções acumuladas ao longo do tempo e formas coletivas de compreender a relação com aqueles que morreram. A festa

produz, assim, uma ampliação do campo das relações sociais, fazendo coexistir, em um mesmo horizonte ritual, diferentes temporalidades e diferentes modos de pertencimento.

Essa interpretação aproxima-se das reflexões de Catherine Bell (1992), para quem o ritual deve ser entendido como uma prática estratégica capaz de produzir determinadas formas de agir e perceber o mundo. Bell critica interpretações que tratam o ritual apenas como representação simbólica de crenças anteriores, argumentando que sua força reside justamente na produção de diferenças sociais. O ritual estabelece hierarquias, organiza comportamentos, produz modos de participação e cria formas específicas de experiência. Sua eficácia não deriva apenas daquilo que representa, mas principalmente daquilo que faz.

Pensada a partir dessa perspectiva, a Festa das Almas deixa de ser compreendida apenas como expressão de uma religiosidade popular para tornar-se um espaço de produção de relações. Sua importância antropológica não está exclusivamente na existência de práticas devocionais voltadas às almas, mas na capacidade de essas práticas organizarem experiências compartilhadas que conferem inteligibilidade à vida coletiva. O ritual não apenas acompanha uma comunidade; ele participa ativamente de sua constituição.

Essa leitura dialoga, ainda, com a formulação clássica de Émile Durkheim (1912), segundo a qual a religião possui um fundamento eminentemente social. Ao reunir indivíduos em torno de práticas coletivas, os rituais tornam perceptível a própria existência da coletividade. O que os participantes experimentam como experiência religiosa corresponde, simultaneamente, a uma experiência de pertencimento ao grupo. A força do ritual não reside apenas no conteúdo das crenças professadas, mas na capacidade de produzir aquilo que Durkheim denominou efervescência coletiva, momento em que os indivíduos experimentam de forma intensificada sua inserção em uma comunidade moral.

Entretanto, compreender a Festa das Almas apenas a partir da ideia de coesão social seria insuficiente. A singularidade da celebração parece residir precisamente no fato de que essa produção da coletividade ocorre por meio da relação estabelecida com os mortos. Em outras palavras, não é qualquer reunião que está em jogo, mas uma reunião cuja possibilidade depende da existência de um referente comum situado para além da experiência ordinária dos vivos. As almas constituem esse referente. Elas organizam simbolicamente a festa e oferecem o eixo em torno do qual diferentes práticas se articulam.

É justamente nesse aspecto que a noção de convocação adquire maior potencial analítico. Convocar, aqui, não significa fazer os mortos retornarem, nem pressupõe qualquer posicionamento sobre a realidade das entidades espirituais. A convocação deve ser compreendida como uma operação social. O ritual cria condições para que a relação com os mortos seja continuamente atualizada, permitindo que ela organize comportamentos, produza deslocamentos, sustente promessas e mantenha viva uma memória compartilhada. A eficácia da convocação não depende da comprovação de uma presença sobrenatural, mas da capacidade de produzir efeitos concretos na organização da vida coletiva.

Desse modo, a Festa das Almas convoca diferentes dimensões da experiência social simultaneamente. Convoca a memória, porque atualiza lembranças individuais e coletivas inscritas em práticas reiteradas. Convoca a devoção, porque reafirma compromissos religiosos compartilhados. Convoca o pertencimento, ao inserir os participantes em uma experiência comum que os identifica como parte de uma coletividade. Convoca, ainda, deslocamentos, encontros e formas específicas de ocupação do espaço e do tempo que distinguem o período ritual da rotina cotidiana.

Essa multiplicidade de convocações permite compreender que o objeto central da análise não são apenas os mortos, mas o conjunto de relações produzidas em torno deles. As almas funcionam como um princípio organizador da experiência ritual. É a partir delas que diferentes pessoas se encontram, diferentes memórias são atualizadas e diferentes compromissos são reafirmados. Sob essa perspectiva, a festa não constitui apenas um momento de devoção, mas uma prática contínua de produção de vínculos sociais.

As reflexões de Maurice Halbwachs (1990) e Paul Connerton (1989) contribuem para aprofundar essa interpretação. Para Halbwachs, a memória somente existe porque grupos sociais criam condições para sua permanência. Lembrar não é um ato puramente individual, mas uma atividade sustentada por quadros coletivos que organizam aquilo que pode ser recordado. Connerton amplia essa discussão ao demonstrar que a memória é continuamente incorporada por meio de gestos, repetições e performances rituais. As sociedades não recordam apenas narrando o passado; elas recordam fazendo, repetindo e participando de práticas compartilhadas.

A Festa das Almas pode ser compreendida precisamente como uma dessas práticas de atualização da memória coletiva. Sua força não decorre apenas da evocação de

acontecimentos passados, mas da capacidade de transformar a lembrança em experiência socialmente compartilhada. A memória deixa de constituir um patrimônio exclusivamente individual para tornar-se uma prática coletiva que organiza formas de convivência, produz pertencimentos e reafirma vínculos entre aqueles que participam da celebração.

É nesse ponto que a noção de dispositivo ritual de convocação revela toda a sua potência interpretativa. Ela permite compreender que a Festa das Almas não se limita a recordar os mortos, nem apenas a celebrar uma tradição religiosa. Sua principal característica consiste em criar um campo relacional no qual diferentes sujeitos, temporalidades e experiências passam a coexistir. O ritual torna possível a articulação entre passado e presente, entre memória e devoção, entre experiência individual e pertencimento coletivo. A festa não apenas reúne pessoas; ela produz as condições pelas quais essas pessoas podem reconhecer-se como parte de uma experiência compartilhada cuja referência central é a relação socialmente construída com os mortos.

Sob essa perspectiva, a convocação deixa de ser compreendida como um gesto dirigido exclusivamente às almas para tornar-se um princípio organizador da própria vida coletiva. Convocam-se memórias, relações, promessas, afetos e pertencimentos. Convoca-se, sobretudo, uma determinada forma de estar junto. É precisamente essa capacidade de produzir relações que distingue a Festa das Almas como um objeto privilegiado para a antropologia dos rituais, permitindo compreendê-la menos como uma celebração da morte e mais como uma prática social de produção da coletividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo buscou analisar a Festa das Almas, realizada no município de Ocara (CE), como um problema antropológico capaz de iluminar a relação entre ritual, memória e sociabilidade. Partiu-se da hipótese de que a festa não pode ser compreendida apenas como uma manifestação de religiosidade popular ou como um evento localizado no calendário festivo, mas como um dispositivo ritual de convocação que articula vivos e mortos em um mesmo campo relacional.

Ao longo da discussão teórica, procurou-se demonstrar que a antropologia da religião e dos rituais, desde os autores clássicos, tem insistido na centralidade das práticas coletivas como produtoras de vida social. Em Durkheim (1912), o ritual aparece como momento privilegiado de intensificação da vida coletiva, no qual a sociedade reafirma a si mesma. Em

Van Gennep (1909) e Turner (1969), ele é compreendido como processo, marcado por transições, liminaridades e recomposições de formas de pertencimento. Esses autores permitem compreender que o ritual não apenas expressa a ordem social, mas participa de sua produção.

Paralelamente, a antropologia da morte, especialmente em Hertz (1907) e Bloch (1971), demonstrou que os mortos não se encontram fora da vida social, mas permanecem nela por meio de processos rituais que reorganizam relações, vínculos e posições sociais. A morte, nesse sentido, não é ruptura definitiva, mas transformação relacional que exige elaboração coletiva contínua. No caso da Festa das Almas, essa dimensão se torna central, uma vez que a relação com os mortos estrutura o próprio acontecimento festivo.

A análise também dialogou com a antropologia da memória, particularmente em Halbwachs (1990) e Connerton (1989), para evidenciar que a lembrança não é um ato individual isolado, mas uma prática socialmente organizada, incorporada em gestos, repetições e performances rituais. A memória, assim, não apenas recorda o passado, mas o atualiza como forma de experiência coletiva. A Festa das Almas pode ser compreendida como um desses dispositivos de atualização da memória social, nos quais o passado se torna presença relacional.

A partir desse conjunto de referências, propôs-se compreender a Festa das Almas como um dispositivo ritual de convocação. Essa formulação permitiu deslocar a análise da oposição entre presença e ausência dos mortos para a compreensão das formas pelas quais diferentes relações são produzidas e atualizadas no contexto ritual. Convocar, nesse sentido, não significa apenas chamar os mortos, mas mobilizar memórias, afetos, promessas e pertencimentos que constituem a vida social.

Ao final, argumentou-se que a principal contribuição analítica da Festa das Almas reside em sua capacidade de produzir sociabilidade a partir da relação com os mortos. Mais do que um evento de devoção, a festa constitui um espaço-tempo no qual vivos e mortos são colocados em relação, permitindo a emergência de formas específicas de pertencimento e convivência. A sociabilidade que daí emerge não é anterior ao ritual, mas produzida por ele.

Assim, compreender a Festa das Almas significa reconhecer que determinadas formas de vida coletiva se estruturam a partir de relações que ultrapassam a oposição entre vida e morte. Ao convocar os mortos, o ritual reorganiza os vivos. Ao atualizar a memória, produz

pertencimento. Ao instaurar uma temporalidade própria, cria condições para a experiência compartilhada da coletividade. É nesse movimento que reside a relevância antropológica da festa e sua contribuição para os debates sobre ritual, memória e sociabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Rita de Cássia de Mello Peixoto. *Festa à brasileira: significados do festejar no país que “não é sério”*. São Paulo: EDUSP, 1998.

BELL, Catherine. *Ritual Theory, Ritual Practice*. New York: Oxford University Press, 1992.

BLOCH, Maurice. *Placing the Dead: Tombs, Ancestral Villages and Kinship Organization in Madagascar*. London: Seminar Press, 1971.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *A cultura na rua*. Campinas: Papirus, 1989.

CONNERTON, Paul. *How Societies Remember*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

DAMATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DURKHEIM, Émile. *As formas elementares da vida religiosa*. São Paulo: Martins Fontes, 1996. (Originalmente publicado em 1912).

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

HERTZ, Robert. *A morte e a representação coletiva da morte*. In: HERTZ, Robert. *Sociologia religiosa e folclore*. Lisboa: Edições 70, 1990. (Texto original de 1907).

GENNEP, Arnold van. *Os ritos de passagem*. Petrópolis: Vozes, 2011. (Originalmente publicado em 1909).

RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

TURNER, Victor. *O processo ritual: estrutura e antiestrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974. (Originalmente publicado em 1969).